

JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR! A PRÁXIS DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Guilherme Augusto Marenda Borgo

Danuta Estrufika Cantóia Luiz

RESUMO ESTENDIDO

Apresentação

O ser humano, sob a perspectiva do materialismo histórico dialético, é um produto de suas relações históricas, mas também produtor delas. Entender o ser humano na história é buscar a maneira como ele se construiu ao longo do tempo, como transformou o mundo e a si mesmo. Mais que isso, é compreendê-lo enquanto sujeito, que transforma a natureza, a história e a si mesmo por meio da ação (ANTUNES, 2005).

A ação é aqui compreendida como coletiva, produto e produtora das relações sociais e da própria história da humanidade. De acordo com Vázquez (1977), a história da humanidade é produto da atividade prática do homem, que é o sujeito da práxis e, portanto, nada acontece na história que não tenha a sua intervenção. A história da humanidade é, portanto, a história de suas ações coletivas, ou a práxis, por meio das quais o ser humano transformou sua realidade e a si mesmo.

Para Vázquez (1977), práxis pode ser compreendida como uma ação consciente e objetiva do sujeito, que ao transformar uma matéria-prima, pode gerar resultados em diversos níveis, como a criação de novos instrumentos, conceitos, obras artísticas ou sistemas sociais. Ainda segundo o autor, a práxis pode se dar de forma produtiva, experimental, artística e política.

Sobre a práxis produtiva entende-se a transformação da natureza para a criação de instrumentos que supram as necessidades humanas, humanizando o mundo e sendo desta forma humanizado. Por práxis artística Vázquez (1977) compreende a transformação da matéria, agora não para suprir as necessidades práticas, mas as de expressão e objetivação humana, possibilitando também a criação de uma outra realidade sobre a já criada. Existe ainda a práxis experimental, que possibilita a criação

de teorias, quer seja no campo científico, artístico, educativo, econômico ou social. Por fim, o autor trabalha o conceito de práxis política, que acontece quando o homem atua sobre si mesmo, enquanto sujeito e objeto da ação.

Na práxis política, ou atividade política, são tomados não apenas os indivíduos, mas os grupos, as classes, a sociedade como um todo, em ações orientadas para a transformação das relações econômicas, políticas e sociais. O autor salienta que na sociedade dividida em classes sociais antagônicas, as ações políticas se dão no sentido de conquista do poder e orientação da sociedade a partir de determinados interesses. Finalmente, que as disputas pelo poder, embora aconteçam no campo ideológico, ocorrem também enquanto ações concretas, a exemplo da práxis nas lutas efetivadas por meio de greves e manifestações. (VÁZQUEZ, 1977).

Acerca destas formas de manifestação por direitos e justiça social, Gohn (2010) aponta que o papel reivindicatório foi historicamente ocupado no Brasil pelos movimentos sociais tradicionais, entendidos aqui como aqueles cujas “causas” estão relacionadas a questões estruturais da sociedade, suas relações econômicas e sociais oriundas do modo de produção e divisão do trabalho.

No entanto, Gohn (2010) identifica o surgimento de novas formas de organização e de atores sociais emergentes, sob as mais difusas pautas reivindicatórias. A autora aponta para o surgimento de outras propostas, não necessariamente ligadas a questões ideológicas de divisão de classes ou relacionadas à temática do trabalho. Surgem movimentos sociais ligados, por exemplo, a questões de gênero, raça, etnia, entre outros.

Nesse contexto, observa-se também a ampliação de protagonistas e atores sociais em ações de reivindicação de direitos e justiça. Entre estes destaca-se a juventude, cuja vinculação e participação pode se dar de diferentes formas. Salva e Stacanela (2006) apontam para as novas formas de participação social dos jovens, que podem ocorrer por meio de ONG's, em grupos culturais ou manifestações pontuais sem grandes pretensões utópicas em relação as ações de décadas anteriores.

Alvim, Queiroz e Ferreira Junior (1994) afirmam desta maneira que a juventude ao longo da história tem sido um importante grupo de rebeldia e resistência sobre as normas sociais hegemônicas de dominação, buscando sempre novas formas de expressão e identificação e ocupando cada vez mais lugares sociais e políticos.

De sua participação nesses espaços políticos de disputa é que o jovem terá a possibilidade de desenvolver o que Castro (2008) denominou de subjetividade política.

Para a autora, esse movimento da juventude de reposicionar-se diante da sociedade, de maneira mais crítica, gera uma demanda subjetiva que favorece a vinculação destes jovens a grupos de defesa de princípios de igualdade e justiça.

Assim, para o presente estudo, será apresentado o Levante Popular da Juventude, que é um movimento social de juventude que atua em três campos: estudantil, periferias e setores camponeses. A pesquisa buscará compreender práxis política desse movimento enquanto manifestação de um agir político com vistas na transformação da realidade.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde se realizou um estudo de caso que buscou compreender a práxis do movimento Levante Popular da Juventude. Para tanto, foram coletados os dados da pesquisa por meio de um levantamento bibliográfico acerca do tema, observações do pesquisador em eventos organizados pelo movimento, bem como a realização uma entrevista com um representante nacional do movimento.

As observações foram feitas em dois momentos. O primeiro foi o Acampamento Estadual do Levante Popular da Juventude, ocorrido na cidade de Curitiba-PR, a participação do movimento na Cúpula dos Povos (evento paralelo a Rio+20), ocorrida na cidade do Rio de Janeiro-RJ, e a XI Jornada de Agroecologia, ocorrida em Londrina-PR.

A entrevista foi realizada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na ocasião da Cúpula dos Povos, onde o movimento indicou um de seus representantes para participar da pesquisa. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita para ser analisada.

Desenvolvimento

Compreensão da realidade

Antes de descrever propriamente a prática do movimento, faz-se necessária uma breve descrição de sua leitura de realidade e conjuntura, entendendo a práxis enquanto um movimento dialético entre teoria e prática. De acordo com o sujeito entrevistado, o movimento reconhece existir momentos de “altos e baixos da luta de massas” (sic), ligadas as condições históricas em que o movimento atua. Assim, situam-se numa conjuntura em que se tem a “falta de um estado socialista, que consiga fazer um

confronto militar e ideológico” (sic). Identificam, portanto, a existencia de uma “crise de esquerda” (sic), onde há o questionamento se o socialismo idealizado pode ser real.

Avaliam que no Brasil essa concepção atinge essa geração, e que uma transformação das concepções marxistas que embasaram por tempos a “esquerda brasileira” (sic).

Práxis do movimento

De acordo com o sujeito entrevistado, a principal forma de ação do movimento se organiza por meio dos princípios da “agitação e propaganda”. Assim, a principal característica dessa ação é a de “criar canais de diálogo com o povo” e com pessoas que geralmente estão “à margem das discussões políticas”.

O movimento tem como principal modo de ação a Agitação e Propaganda, que consiste em modos de comunicação e expressão da juventude com a sociedade, em geral enquanto denúncias.

As formas de comunicação variam, podendo ser expressas por meio de músicas, da batucada, do grafite, da mística, da dança, do teatro, de fanzines, faixas, adesivos, murais, redes sociais, entre outras. De acordo com o sujeito entrevistado, estas são as formas de “diálogo com a juventude” (sic), e que, portanto, devem ser utilizadas para oferecer “outra perspectiva para análise da sociedade”.

Comissão da verdade e o esculacho dos ditadores

Uma das ações das quais o movimento tem realizado estão os “esculachos”. De acordo com o entrevistado, trata-se de uma ação que foi possível graças a uma conjuntura política nacional, que foi a possibilidade de criação da chamada Comissão da verdade, para investigar os crimes ocorridos no tempo da ditadura. De acordo com o entrevistado:

“O estado quando sai de uma ditadura e entra no Estado democrático de direito, abre um processo chamado justiça de transição, que não houve no Brasil, porque os militares decretaram anistia a eles próprios. Mas no ano passado se teve espaço para fazer essa comissão da verdade. [...] O movimento [Levante Popular da Juventude] teve a possibilidade de mostrar que a juventude esta interessada em descobrir seu processo historico.” (sic)

Na prática, utilizou-se o método que já utilizado em alguns movimentos da América Latina para denunciar os torturadores da ditadura. Assim, o movimento faz uma pesquisa sobre o torturador a ser denunciado, faz uma “panfletagem” na vizinhança

da casa deste, de maneira a tornar público seu passado, e “tirar as pessoas da zona de conforto” (sic). Para essas ações são utilizadas batucadas, músicas, palhaços (clowns), além de filmagens para posteriormente serem divulgadas pela internet.

Resultados Alcançados

Os resultados apresentados demonstram de que maneira se dá a práxis em um movimento social de juventude. Observe-se um direcionamento das ações para a população de uma maneira geral, no intuito de oferecer maneiras diferentes de compreender a realidade, buscando a *conscientização* da sociedade.

Trata-se de um movimento que se utiliza de diversos instrumentos de diálogo, conforme forem os processos de identificação com o público com o qual deseja dialogar, salientando ainda o papel da comunicação nos novos movimentos sociais, em um momento socio-histórico onde a informação possui elevado valor.

Referências

ALVIM, R.; QUEIROZ, T.; FERREIRA JUNIO, E. (org.). **Jovens e Juventude**. João Pessoa: Editora Universitária PPGS/UFPB, 2005.

ANTUNES, M. A. M. Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (orgs.) **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

FREZZA, M., MARASCHIN, C. E SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**; 21 (3): 313-323, 2009

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilização cívica no Brasil contemporâneo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DFEL, 2000.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.º. 112, p. 61-83, março/ 2001.

SALVA, S. STECANELA, N. Diálogos sobre participação: o que dizem os jovens da região metropolitana de porto alegre Brasil. **Ultima década**; n.º. 25, Cidpa Valparaiso, diciembre, 2006, p. 163-183.

SHIMANSKI, E. Pesquisa-ação como instrumento de pesquisa social crítico-emancipatória. In: BOURGUIGNON, J. A. (org) **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1985.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Trad. Luiz Fernando Cardoso. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.